

Denúncias que ficam pelo caminho

Disque 100 tem dificuldade de fazer com que casos de exploração sexual de menores sejam investigados

Demétrio Weber e Sérgio Marques
Enviados especiais

• RIO, FORTALEZA E MANAUS. Uma ligação anônima relata que adolescentes e crianças de 7 anos são prostituídos, sob o olhar atento de uma dupla de aliciadores, na Avenida Cesário de Melo, em Campo Grande, no Rio. O denunciante sugere o envolvimento de policiais: entre 2h e 3h da madrugada, viaturas levariam uma ou duas vítimas, retornando mais tarde para deixá-las. A denúncia foi feita em setembro passado e é uma das 29.756 recebidas pelo Disque 100, serviço da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, em todo o país, em 2009. Ninguém sabe o resultado de tantas acusações, mas uma coisa é certa: parte dos relatos não dá em nada ou é arquivada por incapacidade das polícias e do Ministério Público de investigar e processar tamanho volume de informações.

Programa tenta acompanhar desdobramento de denúncias

Levantamento inédito da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced) procurou descobrir o desfecho de 118 denúncias de exploração e abuso sexual recebidas pelo Disque 100 entre 2005 e 2009, em 15 estados. Desse universo, 33 (27%) não foram sequer localizadas. Dentre as 85 restantes, 53 (62%) estavam paradas ou arquivadas e 24 em investigação. Apenas oito viraram ações penais, sendo que só três já foram julgadas. — É um número baixíssimo. Primeiro, todas as denúncias tinham que ter sido encontradas. Depois, não tem cabimento que denúncias só comecem a ser in-



MENINA DE 12 anos mostra a cicatriz após briga com o padrasto: denúncias muitas vezes ficam impunes

vestigadas porque tem alguém perguntando por elas — diz a coordenadora do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) Bento Rubião, no Rio, Clayse Moreira e Silva, responsável pela pesquisa.

O GLOBO acompanhou os desdobramentos de 17 denúncias de exploração sexual feitas ao Disque 100 no Rio e em Fortaleza, em 2009. Apenas duas resultaram na abertura de inquéritos policiais, ambos arquivados sem denúncia à Justiça, no Rio. Um terceiro inquérito deve ser instaurado este mês em Fortaleza, um ano e sete meses após o registro no Disque 100. Trata-se da acusação contra o porteiro de uma escola pública: em troca de presentes, ele manteria relações sexuais com uma

aluna de 12 anos. Em Manaus, a Polícia Civil foi procurada no início do mês, mas não prestou informações até ontem.

O caso de prostituição denunciado em Campo Grande, no Rio, foi parar no 40º Batalhão de Polícia Militar. Segundo a PM, o patrulhamento da região resolveu o problema e não havia policiais envolvidos. Ninguém foi preso.

De dez casos monitorados em Fortaleza, dois não foram localizados pelo MP, Polícia Civil ou conselho tutelar. Um outro seria vingança de uma empregada doméstica contra o ex-padrão, segundo a Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente. Três denúncias estavam engavetadas em julho, quando a delegacia foi procurada pelo GLOBO:

— Tem muita denúncia vazia que não dá em nada, que não tem nome de ninguém ou que as vítimas negam — diz a promotora de Justiça Edna da Matta, de Fortaleza.

Decidido a saber o resultado das denúncias, o Disque 100 passou a monitorá-las em 2008. No ano passado, porém, só recebeu retorno referente a 10.182 casos (34%). Ainda assim, sem detalhes sobre a fase da investigação. Do total, 2.646 não foram confirmadas, o que corresponde a 25% do universo informado.

Para Clayse, a não-constatação de denúncias não significa que elas sejam falsas:

— Às vezes, a demora é tanta que não se chega a tempo. Ou o contato é feito diretamente com o agressor, que, é claro, nega. ■



"O projeto que deu origem a esta reportagem foi vencedor da Categoria Imprensa no V Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo, realizado pela Andi e Childhood Brasil (Instituto WCF) e Save The Children Suécia, com apoio do Unicef, da OIT, da Fenaj e da Abraji."

“ Às vezes, a demora é tanta que não se chega a tempo. Ou o contato é feito diretamente com o agressor, que, é claro, nega

Clayse Moreira e Silva, do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) Bento Rubião, no Rio

Terra para estrangeiros será limitada

Lula aprova parecer que restringe a 25% do município área a ser negociada

Roberto Maltchik

• BRASÍLIA. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou ontem parecer da Advocacia Geral da União (AGU) e da Controladoria Geral da União (CGU) que limita a compra de terras por empresas estrangeiras ou controladas por estrangeiros a 25% do território do município em que a área estiver localizada. No parecer, a AGU também proíbe às empresas do exterior de adquirir propriedades rurais com mais de 50 módulos de exploração indefinida e fixa regras para a exploração comercial.

De acordo com o parecer, publicado no "Diário Oficial da União", só é permitida a compra de terras para projetos agrícolas, pecuários e industriais com objetivo descrito em estatuto. De acordo com o Consultor Geral da

União, Ronaldo Vieira Junior, os limites e as novas regras de uso atualizam a legislação em relação aos interesses do Brasil.

"Trata-se de nova interpretação que vai tornar possível o conhecimento, controle e fiscalização sobre a movimentação de compra de terras por estrangeiros. A revisão visa a assegurar a soberania nacional em área estratégica da economia nacional e o desenvolvimento nacional", afirmou Junior em nota divulgada pela AGU.

Negociações deverão ser registradas em livros especiais

O parecer da AGU revela o temor do governo federal de o Brasil ser alvo de um avanço desordenado de organizações internacionais sobre a produção agrícola, especialmente nas lavouras de cana-de-açúcar — matéria-prima

do etanol. O documento afirma que a nova interpretação da Lei 5.709 considerou "alterações no contexto social e econômico", como a valorização das commodities agrícolas e o desenvolvimento de biocombustíveis. Cita até a crise mundial de alimentos, que provocou uma explosão no preço internacional das commodities no primeiro semestre de 2008.

As restrições também valem para as empresas brasileiras controladas por estrangeiros. Com a nova interpretação, as negociações com terra envolvendo estrangeiros deverão ser registradas em livros especiais nos cartórios de imóveis. No caso de empresas brasileiras, os registros devem ser comunicados trimestralmente às corregedorias de Justiça dos estados e ao Ministério do Desenvolvimento

Agrário. Todos os projetos internacionais deverão ser aprovados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Princípio da Soberania usado para aprovação de parecer

Para aprovar o parecer, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi obrigado a se socorrer do Princípio da Soberania aplicado à ordem econômica, uma vez que o próprio governo já havia se manifestado contrariamente às restrições sobre a compra de terras por empresas brasileiras controladas por estrangeiros.

Em 1994, a AGU chegou a emitir parecer apontando que os limites só poderiam ser impostos caso houvesse previsão constitucional. Em outro parecer, de 1998, esse mesmo entendimento foi ratificado. ■

José Alencar entra com recurso contra reconhecimento de paternidade

Advogado do vice-presidente alega erros na sentença em caso de professora

• BRASÍLIA. A defesa do vice-presidente da República, José Alencar, entrou com recurso no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) contra a decisão do juiz da Comarca de Caratinga (MG), que determinou o reconhecimento de paternidade da professora aposentada Rosemary de Moraes, 55 anos.

No recurso, Alencar alega que a sentença do juiz de primeira instância foi contrária às provas apresentadas por ele durante o processo. Segundo o advogado do vice-presidente, José Diogo Bastos Neto, depoimentos de sete testemunhas e documentos apresentados à Justiça descartariam a paternidade no caso. — Explorei os erros da



ALENCAR: recurso contra suposta filha

sentença. Em determinado momento do processo, alega-se que no período em questão meu cliente teria um estabelecimento comercial em Caratinga. O que provamos ser inverídico — afirmou o advogado.

A expectativa da defesa de Alencar é que o recurso só seja julgado pela Quarta Turma do TJ-MG no próximo ano. Bastos Neto reforçou a postura do vice-presidente de não se submeter ao exame de DNA, mesmo que a decisão no TJ-MG venha a ser desfavorável.

— Meu cliente está revoltado. Acha que se trata de chantagem. Vamos permanecer coerentes com a nossa posição porque acreditamos que as provas mostram a total impossibilidade de ele ser pai dessa moça — disse. ■

Do G1

NOTAS

• DESERTO PAULISTA

A prefeitura de São Paulo decretou estado de alerta pela segunda vez no mês ontem, quando a umidade relativa do ar chegou a 23%, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia. Mas outro sensor, que mede a flutuação da umidade de forma mais rápida, registrou 17% na capital e 14% em Franca — índices parecidos aos registrados num deserto. A falta de chuva piora a qualidade do ar poluído da capital.

• ASSESSOR ASSASSINADO

A polícia investiga a morte de um assessor do deputado federal William Woo (PPS-SP). Chefe de gabinete, José Carlos Soares foi morto na porta de casa, em Cotia, em São Paulo, ao reagir a um assalto.

HOTEL VILLAGE LE CANTON

PACOTES ESPECIAIS

Antecipe sua reserva, garanta sua vaga em um dos pacotes abaixo e pague em até 5 vezes sem juros (50% de entrada + 4 x no cartão). Promoção válida até 31 de agosto.

7 DE SETEMBRO
de 3 a 7/9 ou de 4 a 7/9

3 NOITES
Casal + 1 criança até 12 anos com pensão completa a partir de R\$ 2.508,00 + taxas.

4 NOITES
Casal + 1 criança até 12 anos com pensão completa a partir de R\$ 3.040,00 + taxas.

Inclui: Música ao vivo (Jazz & Bossa), churrasco na piscina e Campeonato de Bolíche

DIA DA CRIANÇA
de 8 a 12/10

4 NOITES
Casal + 1 criança até 12 anos com pensão completa a partir de R\$ 3.080,00 + taxas.

Inclui: festa temática, mesa de guloseimas, show de mágicas com o ilusionista Gustavo Vierini e campeonato de bolíche

HALLOWEEN
de 29/10 a 2/11

4 NOITES
Casal + 1 criança até 12 anos com pensão completa a partir de R\$ 3.040,00 + taxas.

Inclui: festa temática no castelo medieval, oficinas (bolíche / patinação) e campeonato de bolíche

NATAL
de 23/12 a 26/12

3 NOITES
Casal + 1 criança até 12 anos a partir de R\$ 2.900,00 + taxas.

Inclui: café da manhã, almoço, jantar e ceia de Natal com vinho.

RÉVEILLON
de 30/12 a 2/1

3 NOITES
Casal + 1 criança até 12 anos a partir de R\$ 3.120,00 + taxas.

Inclui: café da manhã, almoço, jantar, ceia com espumante, queima de fogos (show piromusical) e baile de ano novo com banda ao vivo.

CENTRAL DE RESERVAS
0800 285 4200 – (21) 2741-4200
reservas@lecanton.com.br